CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição:30 • Quarta-feira, 15 de Julho de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

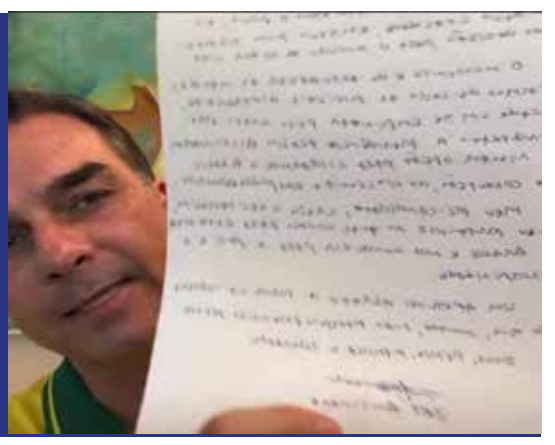
DIVULGAÇÃO

TCU ANALISA NESTA QUARTA (15) ESTUDO SOBRE A TRANSNORDESTINA QUE PODE DESTRAVAR OBRAS ENTRE SALGUEIRO E SUAPE



PÁG. 2

Moraes suspende por 90 dias visitas de Flávio Bolsonaro ao ex-presidente Jair Bolsonaro PÁG. 2





MPT registra 74 denúncias de assédio eleitoral no primeiro semestre; Pernambuco contabiliza quatro casos PÁG. 3

ARTIGO



POR ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

É hora de tirar as bets dos espaços públicos PÁG. 5

Número de vítimas de acidentes de moto socorridas pelo Samu cresce 57% em três anos na Região Metropolitana do Recife PÁG. 3

MPPE vê irregularidades e pede anulação de título de cidadão concedido a João Campos em Camaragibe PÁG. 4



Fenearte 2026 segue até 19 de julho com homenagem à arte do couro e mais de 5 mil artesãos PÁG. 4

Fliporto 2026 faz manifesto em defesa da leitura e das bibliotecas em um mundo conectado



PÁG. 5

TCU analisa nesta quarta (15) estudo sobre a Transnordestina que pode destravar obras entre Salgueiro e Suape

DIVULGAÇÃO



O Tribunal de Contas da União (TCU) analisa nesta quarta-feira (15) um estudo técnico que poderá definir o futuro da retomada das obras do trecho pernambucano da Ferrovia Transnordestina, entre Salgueiro e o Porto de Suape. A expectativa é que a análise do documento ajude a destravar a liberação de recursos federais e permita o reinício das obras de um dos principais projetos de infraestrutura do Nordeste.

O julgamento ocorre após a Sudene e a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe) apresentarem um novo estudo para responder aos questionamentos feitos pelo TCU sobre a viabilidade econômica, técnica e social do empreendimento. O documento foi elaborado para complementar e atualizar os estudos anteriormente apresentados ao tribunal.

Segundo o levantamento, a conclusão do trecho pernambucano poderá gerar um ganho social estimado em R$ 4,76 bilhões, além de apresentar uma taxa de retorno econômico de 15,53%, indicadores utilizados para demonstrar a viabilidade da obra. O estudo também estima que a ferrovia tenha capacidade para movimentar entre 18 milhões e 24 milhões de toneladas de cargas por ano, fortalecendo a logística de exportação e abastecimento do Nordeste.

A expectativa é que a Transnordestina reduza em cerca de 30% os custos do frete para produtos destinados ao Porto de Suape, aumentando a competitividade da economia pernambucana. O estudo ainda projeta a criação de aproximadamente 13 mil empregos durante a fase de construção e outros cerca de 10 mil postos permanentes na operação da ferrovia e nas atividades econômicas ligadas ao empreendimento.

As obras do trecho entre Salgueiro e Suape estão paralisadas desde maio, quando o TCU determinou a suspensão de novos compromissos financeiros por entender que ainda eram necessários estudos atualizados para comprovar a vantajosidade socioeconômica do projeto. Com isso, ficou suspensa a assinatura do contrato para retomada das obras, apesar da licitação já ter sido homologada pela Infra S.A.

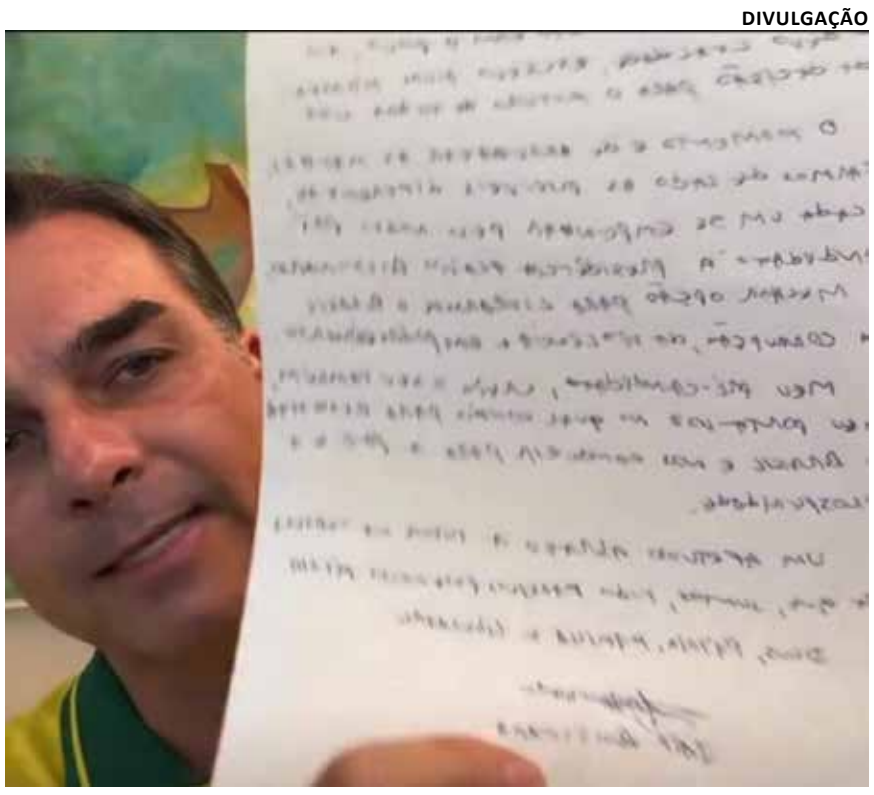
O trecho pernambucano havia sido retirado do projeto original da Transnordestina em 2022, durante a revisão da concessão da ferrovia. Posteriormente, foi reinserido no Novo PAC pelo governo federal, que assumiu o compromisso de retomar a construção com recursos públicos.

A decisão do TCU é aguardada com expectativa pelo setor produtivo, empresários, autoridades e lideranças políticas, que defendem a conclusão da ferrovia como estratégica para impulsionar o desenvolvimento econômico de Pernambuco e do Nordeste, ampliar a competitividade do Porto de Suape e fortalecer a integração logística da região.

Moraes suspende por 90 dias visitas de Flávio Bolsonaro ao ex-presidente Jair Bolsonaro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão, por 90 dias, das visitas do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que cumpre prisão domiciliar. A decisão foi tomada nesta segunda-feira (13) após o ministro entender que o parlamentar utilizou o contato com o pai para divulgar uma carta com conteúdo político nas redes sociais, o que pode ter violado as medidas cautelares impostas ao ex-presidente.

DIVULGAÇÃO



Na decisão, Moraes afirma que a autorização para visitas de familiares tem caráter humanitário e não pode ser utilizada para transmitir mensagens de natureza política ou eleitoral ao público. Segundo o ministro, a divulgação da carta por Flávio Bolsonaro pode ter servido para contornar a proibição imposta a Jair Bolsonaro de utilizar redes sociais, direta ou indiretamente, inclusive por meio de terceiros.

O documento foi divulgado por Flávio após uma visita ao pai. Na mensagem, Jair Bolsonaro manifesta apoio à pré-candidatura do senador à Presidência da República e faz um apelo à união de seus apoiadores. Para Moraes, o conteúdo da carta pode configurar tanto o descumprimento das medidas cautelares quanto eventual propaganda eleitoral antecipada.

Além de proibir as visitas de Flávio pelo período de 90 dias, Moraes concedeu 48 horas para que a defesa de Jair Bolsonaro esclareça se o ex-presidente tinha conhecimento de que a carta seria publicada nas redes sociais. As informações deverão subsidiar a análise sobre um possível descumprimento das restrições impostas pelo STF.

Em decisão paralela, o ministro também encaminhou o caso ao Ministério Público Eleitoral (MPE) para apuração de eventual prática de propaganda eleitoral antecipada por parte de Flávio Bolsonaro. Caberá ao órgão avaliar se a divulgação da carta violou a legislação eleitoral e se há elementos para adoção de medidas judiciais.

Jair Bolsonaro cumpre prisão domiciliar por determinação do STF e está submetido a uma série de restrições, entre elas a proibição de utilizar telefones celulares, acessar redes sociais ou divulgar mensagens por intermédio de terceiros. O descumprimento dessas medidas pode resultar no agravamento da situação processual do ex-presidente.

Até a publicação da decisão, Flávio Bolsonaro não havia se pronunciado oficialmente sobre a suspensão das visitas. A defesa do ex-presidente também deverá apresentar sua manifestação dentro do prazo fixado pelo ministro Alexandre de Moraes.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

Número de vítimas de acidentes de moto socorridas pelo Samu cresce 57% em três anos na Região Metropolitana do Recife

DIVULGAÇÃO



Os acidentes envolvendo motocicletas continuam pressionando a rede de urgência e emergência da Região Metropolitana do Recife (RMR). Dados do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu Metropolitano) mostram que o número de motociclistas e passageiros socorridos após acidentes cresceu 57% nos últimos três anos, evidenciando o avanço desse tipo de ocorrência e seus impactos sobre o sistema público de saúde.

De acordo com o levantamento, o Samu realizou 10.175 atendimentos a vítimas de acidentes com motocicletas em 2025, contra 6.480 ocorrências registradas em 2022. O aumento acompanha a expansão da frota de motos, o crescimento dos serviços de entrega por aplicativos e do transporte remunerado de passageiros em motocicletas, além da maior exposição dos condutores ao trânsito urbano.

Somente no primeiro semestre de 2026, milhares de chamados relacionados a acidentes de moto já foram registrados pelo Samu, mantendo a tendência de crescimento observada nos últimos anos. As equipes de resgate apontam que esse tipo de ocorrência está entre as principais demandas atendidas diariamente.

Segundo profissionais do Samu, os acidentes com motociclistas costumam provocar lesões graves, como traumatismos cranianos, fraturas múltiplas, lesões na coluna e hemorragias, exigindo atendimento rápido e, em muitos casos, encaminhamento para hospitais de alta complexidade.

Especialistas alertam que o problema vai além das estatísticas e representa um desafio para toda a rede de saúde. Além do aumento da ocupação de leitos hospitalares, os acidentes geram altos custos com cirurgias, internações, reabilitação e afastamento do trabalho, impactando também a Previdência Social e a economia.

Entre os principais fatores associados aos acidentes estão o excesso de velocidade, ultrapassagens perigosas, desrespeito à sinalização, uso do celular ao volante, consumo de bebidas alcoólicas e a falta de equipamentos de proteção adequados.

Outro aspecto que preocupa é o crescimento dos serviços de entrega e do transporte de passageiros por motocicletas, atividade que aumentou significativamente nos últimos anos. Especialistas afirmam que a pressão por produtividade e jornadas prolongadas pode contribuir para comportamentos de risco no trânsito.

O Samu reforça que, em caso de acidente com vítimas, a população deve acionar imediatamente o 192, informando o endereço exato, pontos de referência, número de vítimas e o estado aparente de cada uma delas. A orientação é não movimentar pessoas feridas, principalmente quando houver suspeita de lesões na coluna ou traumatismo craniano, evitando agravar o quadro clínico até a chegada das equipes de resgate.

Autoridades de saúde defendem o fortalecimento de campanhas educativas, maior fiscalização das leis de trânsito e investimentos em infraestrutura viária como medidas fundamentais para reduzir o número de acidentes e preservar vidas na Região Metropolitana do Recife.

MPT registra 74 denúncias de assédio eleitoral no primeiro semestre; Pernambuco contabiliza quatro casos

DIVULGAÇÃO



O Ministério Público do Trabalho (MPT) registrou 74 denúncias de assédio eleitoral em todo o país entre janeiro e o início de julho de 2026, período que antecede a campanha das eleições gerais. Desse total, quatro ocorrências foram registradas em Pernambuco, número superior ao verificado no mesmo período das eleições de 2022, quando o estado contabilizou apenas duas denúncias. Os dados reforçam o alerta das autoridades para o aumento desse tipo de prática no ambiente de trabalho.

O assédio eleitoral ocorre quando empregadores, gestores ou pessoas em posição de chefia utilizam sua autoridade para influenciar, pressionar ou constranger trabalhadores em relação às suas escolhas políticas. A prática é proibida pela Resolução nº 23.610/2019 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pode ocorrer por meio de ameaças, promessas de benefícios, perseguições ou qualquer outra forma de intimidação ligada ao voto ou ao apoio a candidatos.

Entre os exemplos mais comuns estão a promessa de vantagens, como folgas, bônus, cestas básicas ou promoções, em troca do apoio a determinado candidato, além de ameaças de demissão, transferência, perda de benefícios ou não renovação de contratos para quem se recusar a seguir orientações políticas da empresa ou da chefia.

Ao Diario de Pernambuco, uma ex-servidora comissionada de um órgão público, identificada com nome fictício para preservar sua identidade, relatou que era convocada para participar de panfletagens, caminhadas e atos políticos durante períodos eleitorais, mesmo não apoiando o candidato defendido pela gestão.

Segundo ela, as convocações eram feitas por meio de grupos de WhatsApp da equipe e havia receio entre os servidores de que a recusa pudesse resultar na perda do cargo ou na não renovação do contrato.

"A gente era convocado e eu não tinha coragem de dizer não. Meio que tinha que ir. Era uma prática bem comum. Não era uma ameaça explícita, mas implícita."

Ela afirmou ainda que a situação se repetia em todas as eleições e que muitos colegas participavam das atividades por medo de represálias.

Para o especialista em Direito do Trabalho Eduardo Silvestrin, o aumento das denúncias demonstra que o assédio eleitoral deixou de ser um problema isolado e exige maior atenção das empresas.

"A tendência é que o tema ganhe ainda mais visibilidade durante a campanha, o que exige das organizações uma postura preventiva. Políticas internas claras, orientação às lideranças e canais de denúncia efetivos reduzem a exposição a conflitos e passivos trabalhistas", afirmou.

COMO DENUNCIAR

O Ministério Público do Trabalho orienta que qualquer trabalhador vítima de assédio eleitoral registre a denúncia pelos canais oficiais do órgão. O procedimento pode ser feito com identificação, sob sigilo ou de forma anônima, informando detalhes como local, data, horário, nomes dos envolvidos e descrição dos fatos.

As denúncias podem ser realizadas no portal oficial do MPT, pelo aplicativo MPT Pardal, disponível para Android e iOS, além das Procuradorias Regionais do Trabalho.

PENALIDADES

Quando o assédio eleitoral é comprovado, o Ministério Público do Trabalho pode firmar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com a empresa para interromper a prática e reparar os danos causados. Também podem ser aplicadas multas, exigida retratação pública e, em casos mais graves ou de reincidência, ajuizada ação civil pública, com pedido de indenização por danos morais coletivos e individuais.

O MPT reforça que o voto é livre, secreto e inviolável, e que nenhum trabalhador pode sofrer pressão, constrangimento ou retaliação em razão de sua escolha política. À medida que a campanha eleitoral se aproxima, o órgão afirma que intensificará a fiscalização e as ações de conscientização para coibir esse tipo de prática em ambientes públicos e privados.

MPPE vê irregularidades e pede anulação de título de cidadão concedido a João Campos em Camaragibe

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) emitiu parecer pela procedência da ação popular que pede a anulação do título de cidadão camaragibense concedido ao ex-prefeito do Recife e pré-candidato ao Governo de Pernambuco, João Campos (PSB). O posicionamento da promotora de Justiça Camila Spinelli Regis de Melo reforça a necessidade de respeito às normas legais e aos princípios da moralidade e da impessoalidade na concessão de homenagens públicas.

No parecer, a promotora aponta uma série de irregularidades no processo legislativo que concedeu a honraria. Entre elas, a promulgação do decreto antes mesmo da votação em plenário, a ausência do número mínimo de assinaturas exigido pelo Regimento Interno da Câmara Municipal e a falta de documentação que comprovasse relevantes serviços prestados por João Campos ao município. Para o Ministério Público, esses vícios comprometem a validade do ato.

A representante do MPPE também levanta a hipótese de desvio de finalidade, observando que o autor da proposta e o homenageado pertencem ao mesmo partido político, sem que tenha sido demonstrado um interesse público relevante capaz de justificar a homenagem. O parecer sustenta ainda possível afronta aos princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade administrativa.

O episódio também reacende um debate político em Camaragibe. Afinal, quais serviços efetivamente justificariam a concessão do título de cidadão honorário ao então prefeito do Recife? Até o momento, o próprio parecer



do Ministério Público destaca a inexistência, nos autos, de documentação que comprove relevantes contribuições de João Campos ao município.

A manifestação da promotora evidencia uma atuação firme do Ministério Público na fiscalização dos atos do Poder Público, lembrando que homenagens oficiais não podem servir a interesses político-partidários nem desconsiderar as regras legais que disciplinam sua concessão.

Agora, caberá ao Judiciário analisar o parecer ministerial e decidir se o Decreto Legislativo nº 03/2025 será definitivamente anulado. Enquanto isso, permanece em discussão uma homenagem que, segundo o MPPE, foi concedida em desacordo com as exigências legais.

DIVULGAÇÃO



Fenearte 2026 segue até 19 de julho com homenagem à arte do couro e mais de 5 mil artesãos

A 26ª edição da Fenearte, considerada a maior feira de artesanato da América Latina, já começou e segue até o próximo 19 de julho, no Pernambuco Centro de Convenções, em Olinda. Realizada pelo Governo de Pernambuco, por meio da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (Adepe), a feira reúne mais de 5 mil artesãos, artistas populares, expositores e empreendedores do Brasil e de outros países, distribuídos em cerca de 700 espaços de comercialização.

Neste ano, a Fenearte traz como tema "Seleiros de Pernambuco: Ofício que Transforma", prestando homenagem aos mestres que trabalham o couro e preservam uma das mais tradicionais expressões da cultura sertaneja. A arte dos seleiros, responsável pela produção de selas, gibões, chapéus, arreios e outros utensílios do universo do vaqueiro, ganha destaque como patrimônio cultural e símbolo da identidade pernambucana.

Com investimento de R$ 16 milhões, a expectativa é superar os resultados das edições anteriores em público, geração de negócios e movimentação financeira, fortalecendo a economia criativa e valorizando o artesanato produzido em Pernambuco e em diversas regiões do país.

Além da exposição e venda de peças artesanais, os visitantes encontram uma programação diversificada, com oficinas gratuitas, exposições temáticas, desfiles de moda autoral, apresentações culturais, rodadas de negócios, espaço gastronômico, apresentações musicais, atrações culturais e atividades para toda a família.

A diretora-presidente interina da Adepe, Roberta Andrade, destacou que a edição deste ano busca preservar e dar visibilidade ao trabalho dos artesãos do couro.

"Cada edição da Fenearte é especial pelas suas peculiaridades. O tema deste ano celebra os Seleiros de Pernambuco e a arte do couro, um trabalho que exige muita habilidade e técnica. O nosso grande objetivo é mostrar o potencial desses artesãos para que essa tradição permaneça viva. A Fenearte se transforma em vitrine, evidenciando o artesanato pernambucano", afirmou.

Um dos homenageados da edição, o artesão Irineu do Mestre, de Salgueiro, ressaltou a importância da feira para manter viva a tradição.

"O couro é muito mais do que um material, ele representa a segunda pele do vaqueiro. Ver a nossa história sendo homenageada na Fenearte fortalece ainda mais o nosso trabalho. Isso aumenta a nossa responsabilidade de aperfeiçoar a arte que fazemos e de expandi-la para que ela nunca desapareça", disse.

A diretora-executiva da Fenearte, Camila Bandeira, destacou que a feira vem ampliando sua importância tanto para os artesãos quanto para o público.

"A gente vem trabalhando para fortalecer a Fenearte enquanto a feira relevante que ela é, tanto economicamente, para os artesãos, quanto afetivamente, para os visitantes, e o resultado disso é o aumento do público e dos negócios", afirmou.

FENEARTE AMPLIA PRESENÇA INTERNACIONAL E FORTALECE GERAÇÃO DE NEGÓCIOS

Além de ser uma vitrine da produção artesanal brasileira, a Fenearte também se consolida como um espaço de negócios internacionais. Nesta edição, a feira reúne artesãos de oito países: Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Gana, Índia, Quênia e Senegal, promovendo um intercâmbio entre diferentes culturas, técnicas e tradições artesanais.

Somente nos primeiros dias do evento, as rodadas de negócios internacionais já movimentaram mais de R$ 1 milhão em negociações entre os expositores estrangeiros e compradores brasileiros, demonstrando o potencial econômico da feira. A expectativa é que esse volume cresça até o encerramento da Fenearte, impulsionado pelo grande fluxo de visitantes e pelas oportunidades de comercialização, exportação e parcerias comerciais.

A participação internacional reforça o papel da Fenearte como um dos principais eventos de economia criativa da América Latina, aproximando artesãos, lojistas, colecionadores e investidores de diferentes partes do mundo.

HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

A Fenearte funciona:
Segunda a sexta-feira:
das 14h às 22h;

SÁBADOS E DOMINGOS:
das 10h às 22h.

INGRESSOS

Os ingressos custam:

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA:
R$ 12 (inteira) e
R$ 6 (meia-entrada);

DE SEXTA A DOMINGO:
R$ 16 (inteira) e
R$ 8 (meia-entrada).

Os bilhetes podem ser adquiridos na bilheteria do Pernambuco Centro de Convenções e também pela internet, por meio da plataforma oficial de vendas. A programação completa, a lista de expositores e outras informações estão disponíveis no site oficial da Fenearte: www.fenearte.pe.gov.br.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.

É HORA DE TIRAR AS BETS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

DIVULGAÇÃO



A decisão da Prefeitura do Rio de Janeiro de proibir a publicidade de casas de apostas em espaços públicos merece aplausos e deve servir de exemplo para todo o Brasil. Apoio integralmente essa iniciativa. O poder público não pode ser um agente de estímulo a uma atividade que tem provocado endividamento, dependência e graves problemas sociais, especialmente entre jovens e famílias de baixa renda.

No Recife, infelizmente, seguimos na direção oposta. Durante a gestão do então prefeito João Campos, hoje pré candidato ao Governo do Estado, a Prefeitura da capital ampliou a presença da publicidade de bets em equipamentos públicos, parques e grandes eventos patrocinados pelo município, como o Carnaval e o São João. É uma contradição inaceitável: de um lado, o Estado tenta enfrentar problemas de saúde mental, superendividamento e vulnerabilidade social; de outro, permite que espaços públicos sejam utilizados para normalizar e incentivar o jogo. Não se trata de demonizar quem aposta. Trata se de reconhecer que existe um problema de saúde pública. A ludopatia, o vício em jogos, já é reconhecida pela medicina como um transtorno capaz de destruir patrimônios, desestruturar famílias e comprometer a saúde mental dos apostadores. Quanto maior a exposição da população à propaganda, maior é o estímulo ao consumo de um produto que envolve riscos evidentes.

Não por acaso, o próprio Governo Federal endureceu recentemente as regras para a publicidade das bets, determinando que os anúncios tragam advertências como "apostar pode causar dependência", "aposta não é investimento" e "apostar faz você perder dinheiro". Também proibiu campanhas que associem apostas ao sucesso financeiro ou ao enriquecimento fácil. Essas medidas representam um reconhecimento oficial de que a publicidade irrestrita produz danos sociais e precisa ser limitada.

Tenho defendido essa pauta também no Judiciário. Protocolei uma ação popular perante a Justiça Federal e, recentemente, peticionei na 5ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal para informar que as novas medidas adotadas pelo Governo Federal reforçam os fundamentos da ação. Sustento que a propaganda das apostas deve receber tratamento semelhante ao aplicado aos cigarros e às bebidas alcoólicas, com restrições severas, advertências obrigatórias e proteção especial às crianças, adolescentes e pessoas vulneráveis.

Os espaços públicos pertencem à sociedade. São locais destinados ao lazer, ao esporte, à cultura e à convivência familiar. Não podem ser transformados em vitrines para estimular apostas. A lógica arrecadatória jamais pode prevalecer sobre a proteção da população.

Espero que Recife siga o exemplo do Rio de Janeiro. Mais do que uma decisão administrativa, trata se de uma escolha ética. O poder público deve promover saúde, educação, esporte e cultura, e não incentivar uma atividade que pode gerar dependência e sofrimento.

Defender limites para a propaganda das bets não é ser contra a liberdade econômica. É ser a favor da responsabilidade social e da proteção das pessoas.

Fliporto 2026 faz manifesto em defesa da leitura e das bibliotecas em um mundo conectado



A Festa Literária Internacional de Pernambuco (Fliporto) prepara uma edição marcada pela valorização da leitura como instrumento de resistência cultural e de preservação do pensamento crítico. Com o tema "Raízes em papel, sonhos em bytes", a 21ª edição da Fliporto Brasil será realizada em novembro de 2026, no Centro do Recife e no Parque Dona Lindu, em diálogo com a programação do REC'n'Play, promovido pelo Porto Digital.

A proposta, segundo o coordenador da Fliporto, Antônio Campos, é promover uma reflexão sobre a convivência entre o livro físico e as novas tecnologias, sem colocar os dois universos em oposição.

"Não é sobre escolher entre o papel ou o digital, mas sobre abraçar ambos. O livro físico é o nosso chão e a tecnologia é o vento que leva essas histórias para todos os cantos", afirma.

A programação também será inspirada por iniciativas desenvolvidas em Portugal. Em 2025, a Fliporto realizou sua primeira edição portuguesa, em parceria com a Fundação Livraria Lello, no Porto. A segunda edição já está confirmada para outubro deste ano, novamente em parceria com a instituição, e deverá ter sua programação anunciada em breve.

Entre as referências está a inauguração do Jardim do Pensamento, criado pela Fundação Livraria Lello no Mosteiro de Leça do Balio. O espaço foi concebido para incentivar uma sociedade mais desacelerada, reflexiva e leitora.

Outro exemplo citado pela organização é a biblioteca criada na Livraria Lello com uma coleção de livros censurados ou historicamente discriminados, iniciativa apoiada pela cantora Dua Lipa como um manifesto em defesa da liberdade de expressão e do acesso à literatura. Entre as obras escolhidas está "Olhos d'Água", da escritora brasileira Conceição Evaristo.

Para Antônio Campos, a biblioteca representa muito mais do que um espaço de armazenamento de livros.

"A biblioteca é um manifesto. É um espaço de resistência, de liberdade, de reflexão e de defesa da leitura em tempos de excesso de informação e de aceleração da vida. Precisamos preservar o humano em nós, e a leitura é um dos caminhos para isso."

O coordenador da Fliporto afirma que esse conceito estará presente tanto na edição brasileira quanto na portuguesa.

"Queremos que a Fliporto seja um convite à pausa e à reflexão. Vivemos em um mundo hiperconectado, mas cada vez mais acelerado. Precisamos combater a violência, as intolerâncias e defender as liberdades. A literatura continua sendo uma poderosa ferramenta para promover o diálogo e formar cidadãos."

Antônio Campos também faz referência ao escritor argentino Jorge Luis Borges, para quem "uma biblioteca é uma espécie de paraíso". "Voltar ao paraíso das bibliotecas, ao jardim do pensamento e ao tempo proporcionado pela leitura inspira a Fliporto Brasil e Portugal. Esse é o nosso manifesto: defender o livro, a leitura, as bibliotecas e a cultura como instrumentos de transformação da sociedade."

Além da programação literária, a Fliporto 2026 voltará a estabelecer um diálogo entre literatura, inovação e tecnologia, ocupando espaços no Recife durante o período do REC'n'Play, reforçando a proposta de integrar tradição e futuro sem abrir mão do protagonismo do livro e da formação de leitores.